



**CONTRATO PARTICULAR DE AFILIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO AO SISTEMA GREEN
CARD ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO – CW2229888**

ESTABELECIMENTO: GRUPO CENCOSUD BRASIL, aqui **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.**, sociedade empresarial limitada, com sede na Rodovia BR 235, KM 04, s/nº. Anexo 01, Bairro Sobrado, CEP. 40160-000, no Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.346.861/0001-61; **MERCANTIL RODRIGUES COMERCIAL LTDA.**, sociedade empresarial limitada, com sede na Avenida Jequitaia, nº 411, CEP. 40460.000, em Salvador, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.182.947/0001-35; e, **PERINI COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, sociedade empresarial limitada, com sede na Avenida Vasco da Gama, nº 3051, CEP. 40.230-731, em Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.965.515/0001-42, neste ato, por seus representantes legais ao final assinado

ADMINISTRADORA: **GREEN CARD S/A - REFEIÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS**, com sede na Largo Visconde do Cairu,, nº 12 , 10º andar , Porto Alegre, RS, inscrita no **CNPJ sob o n.º** 92.559.830/0001-71 , neste ato, representada por seus sócios, Sra. Zeli Teresinha Lysakowski de Ávila , inscrita no CPF sob o n.º 315.548.730-53, e Sr. Carlos Alex D'Ávila de Ávila , inscrito no CPF sob o n.º 785.355.570-91 .

Os signatários deste instrumento, nas qualidades supra indicadas, tem entre si, por justa e contratada a afiliação ao SISTEMA GREEN CARD ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO , que será regida pelas cláusulas e condições do presente instrumento, estipuladas, aceitas e outorgadas pelos ora contratantes na melhor forma de direito, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui-se objetivo do presente contrato o credenciamento do ESTABELECIMENTO para integrar o Sistema GREEN CARD ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO (meio de acesso para possibilitar as transações via TEF (transferência Eletrônica de Fundos) mediante homologação junto a seu Software House, de forma a permitir a aceitação dos cartões eletrônicos alimentação GREEN CARD (ADMINISTRADORA) para a realização de operações/transações de venda de gêneros alimentícios dentro do PAT (PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO AO TRABALHADOR), desde que obedecidas às disposições do presente contrato:

- a) Administrar e garantir o pagamento ao ESTABELECIMENTO do valor líquido das transações;





- b) Promoções e divulgação do ESTABELECIMENTO aos usuários, mediante sinalização específica colocada no ESTABELECIMENTO, em locais visíveis ao público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

2.1 – A ADMINISTRADORA utilizar-se-á do meio de acesso (REDECARD/CIELO) pré-existent e configuradas no ESTABELECIMENTO para possibilitar as transações via TEF (Transferência Eletrônica de Fundos) mediante homologação junto a seu Software House, bem com procedimentos internos de ESTABELECIMENTO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E DO DOMICÍLIO BANCÁRIO

3.1 – A ADMINISTRADORA se obriga a pagar, ao ESTABELECIMENTO, os valores provenientes da venda de gêneros alimentícios dentro do PAT decorrentes das transações realizadas com os cartões eletrônicos GREEN CARD ALIMENTAÇÃO, pagamentos estes que serão efetuados através de depósito bancário, para cada empresa do grupo, nos domicílios bancários listados abaixo:

CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.: BANCO 341 – BANCO ITAÚ S.A., AGÊNCIA 1170, OPERAÇÃO 03 CONTA CORRENTE Nº 26.220-6 – CNPJ/MF: 39.346.861/0001-61.

MERCANTIL RODRIGUES COMERCIAL LTDA.: BANCO 341 – BANCO ITAÚ S.A., AGÊNCIA 1291, OPERAÇÃO 03 CONTA CORRENTE Nº 30.650-2 – CNPJ/MF: 09.182.947/0001-35.

PERINI COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.: BANCO 341 – BANCO ITAÚ S.A., AGÊNCIA 0705, OPERAÇÃO 03 CONTA CORRENTE Nº 98.001-9 – CNPJ/MF: 11.965.515/0001-42

3.1.1. No caso de alteração dos dados bancários o ESTABELECIMENTO comunicará a alteração por escrito a GREEN CARD, devendo encaminhar documento comprobatório da titularidade por via postal, e-mail ou diretamente no setor de atendimento, a qual será efetivada no prazo de 7 (sete) dias contados do recebimento da comunicação, sendo que os reembolsos que tenham sido processados antes da comunicação serão realizados na conta-corrente anterior.

3.2 – A ADMINISTRADORA deverá creditar ao ESTABELECIMENTO os valores provenientes da venda de gêneros alimentícios dentro do PAT, conforme a cláusula primeira, no prazo de até 21 (vinte e um) dias contados do dia de corte, sendo que o corte é semanal (para a apuração das transações efetuadas com os cartões alimentação GREEN CARD durante a semana) e ocorre todas sextas-feiras,, já deduzido o valor da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, conforme cláusula quarta.





3.3 – Na hipótese de inadimplemento dos valores avençados, a ADMINISTRADORA pagará ao ESTABELECIMENTO, multa de 2% (dois por cento) sobre o montante, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês. Fica ainda o ESTABELECIMENTO autorizado desde já a emitir título de crédito contra a ADMINISTRADORA até o valor total do inadimplemento, sujeito a protesto.

3.4 – O ESTABELECIMENTO poderá cessar, de imediato, a venda aos USUÁRIOS DO CARTÃO DA ADMINISTRADORA caso haja inadimplemento, até a completa regularização, sem prejuízo da rescisão contratual.

3.4.1 – O ESTABELECIMENTO reserva-se em hipótese de inadimplemento e/ou atraso no pagamento dos valores provenientes das vendas de gêneros alimentícios dentro do PAT decorrentes das transações realizadas com os cartões eletrônicos GREEN CARD ALIMENTAÇÃO, após decorridos 02 (dois) dias da obrigação, suspender as referidas vendas aos USUÁRIOS do cartão da ADMINISTRADORA, objeto do presente contrato, sem necessidade de qualquer comunicado prévio a ADMINISTRADORA.

3.4.2 – Quaisquer débitos retidos nos pagamentos, que se refiram a cobrança de tarifas diversas não mencionadas neste instrumento, caracterizarão inadimplência da ADMINISTRADORA junto ao ESTABELECIMENTO.

3.5 – Se a data prevista para o crédito do valor da TRANSAÇÃO recai em feriado ou em dia considerado não útil na praça de compensação do DOMICILIO BANCÁRIO do ESTABELECIMENTO, o pagamento será realizado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

4.1 – A ADMINISTRADORA será remunerada por seus serviços a título de “TAXA DE ADMINISTRAÇÃO” pelo ESTABELECIMENTO no valor equivalente a 2 % (dois por cento) sobre o valor bruto de vendas de gêneros alimentícios dentro do PAT efetuados aos USUÁRIOS dos cartões eletrônicos GREEN CARD ALIMENTAÇÃO, e se dará mediante a retenção do percentual estipulado, quando a ADMINISTRADORA efetuar os créditos estabelecidos.

4.1.1 – Quaisquer alterações nas condições e benefícios previstos neste Contrato deverão ser alteradas mediante formalização de novo Contrato ou Aditivo a este Contrato.

4.2 - O ESTABELECIMENTO poderá solicitar o repasse antecipado dos valores líquido do reembolso, ficando a exclusivo critério da ADMINISTRADORA a decisão de antecipar ou não os valores solicitados. As condições financeiras de cada antecipação serão ajustadas caso a caso entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS TRANSAÇÕES





5.1 - A transação, após ter sido liberado o código de autorização, não poderá ser cancelada sem plena anuência por escrito do ESTABELECIMENTO.

5.1.1 - Os cancelamentos só poderão ser solicitados por contato(s) autorizados pelo ESTABELECIMENTO.

5.2 - Qualquer Transação Desfeita deverá ser reprocessada pela ADMINISTRADORA mediante envio do respectivo comprovante de venda emitido pelo ESTABELECIMENTO.

5.3 - O ESTABELECIMENTO deverá, sempre manter a via original ("via do ESTABELECIMENTO") de cada comprovante de transação (MANUAL ou ELETRÔNICO) a disposição da ADMINISTRADORA pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da emissão.

5.4 - O ESTABELECIMENTO deverá, sempre que lhe for solicitado, enviar a ADMINISTRADORA a via original do COMPROVANTE DE TRANSAÇÃO, no prazo máximo de 30(trinta) dias úteis após a data de solicitação.

5.4.1. Caso o ESTABELECIMENTO não apresente os comprovantes, ou os apresente fora dos padrões, ficará sujeito ao cancelamento do reembolso ou, caso este já tenha sido realizado, a devolução do mesmo.

5.5 - É vedado ao ESTABELECIMENTO realizar qualquer TRANSAÇÃO cujo número do cartão do usuário da ADMINISTRADORA conste bloqueado/cancelado, salvo com prévia e expressa autorização da ADMINISTRADORA.

5.6 - O ESTABELECIMENTO deverá solucionar, com os USUÁRIOS do cartão da ADMINISTRADORA, somente as controvérsias no que se refere à qualidade, funcionamento, garantias, devoluções por desistência, defeitos e/ou avarias dos bens e/ou serviços objeto da transação, isentando a ADMINISTRADORA de quaisquer responsabilidades legal ou convencional em relação a este fato.

5.7 - O ESTABELECIMENTO não se obriga a vender gêneros alimentícios aos usuários do Cartão da ADMINISTRADORA, quando se verificar qualquer das seguintes irregularidades:

5.7.1 - Adulteração grosseira de assinatura, rasuras de fácil constatação no CARTÃO DA ADMINISTRADORA;

5.7.2 - Sem anuência da central administrativa da ADMINISTRADORA, observando ausência da emissão do CÓDIGO DE AUTORIZAÇÃO.

5.8 - O ESTABELECIMENTO não se responsabiliza perante terceiros/usuários por quaisquer danos decorrentes de erro, falha e demora nas informações fornecidas pela ADMINISTRADORA, que impossibilitem a conclusão da compra.





5.9 - O ESTABELECIMENTO não se responsabilizará por vendas e/ou transações que não forem realizadas/completadas por problemas na transmissão de dados, no servidor, nas linhas telefônicas ou em operadoras de telefonia, ou ainda por falta de energia elétrica, sem exclusão das demais situações decorrentes de caso fortuito ou força maior.

5.10 - O ESTABELECIMENTO somente deverá utilizar os meios de captura disponibilizados que pela ADMINISTRADORA para realizar transações regulares, segundo as normas e condições deste CONTRATO.

5.11 - O ESTABELECIMENTO poderá, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias apontar eventual divergência em relação aos valores de TRANSAÇÕES, finda o qual não caberá qualquer outra reclamação a este respeito, implicando a quitação automática e definitiva quanto aos referidos pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Constituem obrigações da ADMINISTRADORA, além de outras previstas neste instrumento:

6.1 - Pagar ao ESTABELECIMENTO os valores provenientes das transações realizadas com os cartões eletrônicos GREEN CARD ALIMENTAÇÃO para aquisição de gêneros alimentícios dentro do PAT , em conformidade com a cláusula terceira;

6.2 - A ADMINISTRADORA deverá enviar extrato das transações efetivadas, em até 01 (um) dias úteis após a venda de acordo com layout do ESTABELECIMENTO;

6.3 - Informar aos usuários da ADMINISTRADORA o nome, endereço e atividade do ESTABELECIMENTO e as condições de procedibilidade do presente CONTRATO;

6.4 - Orientar sobre o procedimento para efetuar as operações de venda e recebimento;

6.5 - Prestar informações atualizadas sobre saldo ou qualquer outro assunto do interesse do ESTABELECIMENTO;

6.6 - Serão de responsabilidade da ADMINISTRADORA, os seus custos provenientes do sistema de captação de dados para a operação de venda através do cartão da ADMINISTRADORA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ESTABELECIMENTO

Constituem obrigações do ESTABELECIMENTO, além de outras previstas no presente instrumento:

7.1 - Fornecer aos usuários credenciados da ADMINISTRADORA, pelo preço à vista, sem qualquer acréscimo, gêneros alimentícios dentro do PAT, sem discriminá-los em relação a outros





consumidores, condição fundamental para que o credenciamento não seja interrompido, ressaltando, desde já que não haverá parcelamento pelo ESTABELECIMENTO para as compras realizadas com o cartão da ADMINISTRADORA;

7.2 - Validar, por meio do sistema TEF ou outra forma pela qual venham a convencionar as partes, todas as TRANSAÇÕES realizadas com os CARTÕES;

7.3 - Emitir, no ato da venda dos gêneros alimentícios, o documento COMPROVANTE DA TRANSAÇÃO, conforme determinação da ADMINISTRADORA;

7.4 - Fornecer a ADMINISTRADORA as informações e documentos necessários ao seu cadastramento na REDE CONVENIADA DA ADMINISTRADORA e manter os dados cadastrais e atualizados;

7.5 - Identificar seu ESTABELECIMENTO como participante da ADMINISTRADORA, com material fornecido gratuitamente pela ADMINISTRADORA.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

8.1 - Fica expressamente estipulado que não se estabelece, por força deste CONTRATO, qualquer responsabilidade do ESTABELECIMENTO por atos da ADMINISTRADORA, seus empregados, preposto ou usuários credenciados, correndo por conta exclusiva da ADMINISTRADORA, todos os encargos decorrentes da legislação vigente, sejam trabalhistas, criminal, civil, previdenciária ou qualquer outra, obrigando-se a ADMINISTRADORA ao cumprimento das disposições legais.

8.2 - Caso venha a existir alguma reclamação civil, criminal ou perante órgãos administrativos, por contratado ou usuário credenciado da ADMINISTRADORA, na qual figure como réu o ESTABELECIMENTO, a ADMINISTRADORA autoriza e anui com a sua denúncia a lide, comprometendo-se desde já, a solicitar a exclusão do ESTABELECIMENTO do polo passivo da ação, arcando com todas as responsabilidades por tal reclamação, incluindo-se, mas não se limitando a qualquer alegação de fraude no uso dos cartões por terceiros alheios ao ESTABELECIMENTO, desde que o estabelecimento não tenha concorrido para o fato, com ação ou omissão, respondendo na medida de sua participação e responsabilidade.

8.2.1 - Caso não seja aceita a exclusão do ESTABELECIMENTO do polo passivo da ação, a ADMINISTRADORA compromete-se a cobrir todos os custos, como custas, honorários e indenização, do ESTABELECIMENTO referente ao processo, desde que seja comprovada a culpa ou dolo da ADMINISTRADORA.

8.3 - Os sócios da ADMINISTRADORA são solidários e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações constantes dos itens 3.1 e 8.1 do presente contrato.





CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

9.1 - O presente contrato será por prazo indeterminado, podendo, portanto, ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, sem ônus, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - Persistem, em caso de rescisão, todas as obrigações previstas neste contrato, de parte a parte, no curso do período de pré-aviso.

9.3 - Este contrato será rescindido de imediato e de pleno direito, independente de prazo, notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de falência, insolvência ou descumprimento de qualquer das estipulações deste contrato por qualquer das partes. Neste caso, o ESTABELECIMENTO imediatamente cessará a venda aos usuários da ADMINISTRADORA, e os pagamentos previstos vencerão imediatamente.

9.4 - Rescindindo o contrato, as partes não poderão mais expor ou anunciar de qualquer forma a sua associação com o CARTÃO e seus respectivos produtos.

9.5 - Ficam expressamente revogados, no que contrariarem o disposto no presente Contrato, quaisquer pactos, ajustes, cláusulas e condições anteriormente estabelecidas entre as partes, ficando claro que, ocorrendo divergências de condições entre o acordado neste instrumento e eventuais documentos dele integrantes ou não, prevalecerão sempre as disposições ora pactuadas.

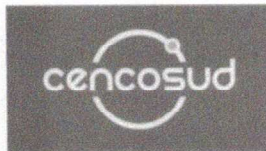
CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

10.1 – As partes concordam previamente que cabe exclusivamente ao ESTABELECIMENTO decidir sobre a exigência de garantia ao adimplemento do presente contrato.

10.2 - Como garantia ao adimplemento do presente contrato, a ADMINISTRADORA dá como garantia, "CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA" ou "SEGURO GARANTIA", de instituição financeira ou seguradora, respectivamente, aprovada previamente pelo ESTABELECIMENTO, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) emitida após a assinatura do presente instrumento, com validade mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, que desde já faz parte integrante deste instrumento, devendo ser renovada ou substituída, por igual período, após expirado seu prazo de validade.

10.2.2. – A ADMINISTRADORA se obriga, caso seja solicitado, a reforçar, substituir ou complementar a CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA, a qualquer tempo, no valor determinado a exclusivo critério do ESTABELECIMENTO, desde que haja aumento no volume de reembolsos e o valor da garantia não ultrapasse a média de reembolsos. O reforço, substituição ou





complementação deverá ser feito em até 30 (trinta) dias após a solicitação por escrito do ESTABELECIMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

11.1 - As partes se obrigam a manter como confidenciais todas as informações que tenham acesso, face ao objeto do presente instrumento, de seus clientes, USUÁRIOS e produtos, inclusive informações técnicas e negociação pactuadas, mesmo após a rescisão do presente instrumento.

11.2 - A obrigação de guarda das informações como confidenciais se estende aos funcionários, diretores, sócios, prepostos, empresas ou pessoas físicas ligadas às partes, que não poderão de forma alguma transmiti-las a terceiros, sem o expresso consentimento da outra parte.

11.3 - Sendo constatada a violação do aqui disposto, a parte que deu causa responderá por perdas e danos a serem apurados, sem prejuízo de rescisão contratual a critério da parte prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - É vedado a ADMINISTRADORA afixar cartazes, adesivos e/ou quaisquer outros materiais de propaganda no interior ou exterior do ESTABELECIMENTO enquanto não autorizado previamente por escrito pelo ESTABELECIMENTO.

12.2 - A ADMINISTRADORA é a única responsável pela inclusão, manutenção e exclusão do nome dos usuários devedores em entidades de proteção ao crédito, bem como, se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas ao ESTABELECIMENTO e pelas autorizações para compras concedidas ou negadas.

12.3 - A tolerância por uma das partes quanto ao descumprimento pela outra de qualquer obrigação prevista neste instrumento, será considerada mera liberalidade, não implicando em nova ação dos termos do contrato, nem renúncia ao direito de se exigir o cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ANTERIORES

13.1 - As partes, por mútuo acordo, resolvem, neste ato, dar por encerrados todos os contratos anteriormente celebrados, tácita ou expressamente em qualquer tempo, entre a ADMINISTRADORA e o ESTABELECIMENTO que tenham por objeto o mesmo do presente instrumento, dando entre si mútua, plena e geral quitação de todos esses contratos, não havendo nada a reclamar acerca das obrigações assumidas ou decorrentes dos contratos ora





rescindidos, sendo válido para qualquer tipo de negociação existente entre tais partes que verse sobre esse mesmo objeto apenas o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP, para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente contrato, com renúncia expressa, pelas partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

São Paulo, 14 de julho de 2016



**GREEN CARD S/A - REFEIÇÕES,
COMÉRCIO E SERVIÇOS**


CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.

Mauricio Antonio Ungari da Costa
Diretor de Assuntos Legais
Cencosud Brasil Comercial Ltda.

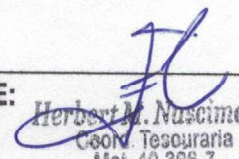

**MERCANTIL RODRIGUES COMERCIAL
LTDA.**

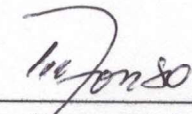
Mauricio Antonio Ungari da Costa
Diretor de Assuntos Legais
Cencosud Brasil Comercial Ltda.


**PERINI COMERCIAL DE ALIMENTOS
LTDA.**

Mauricio Antonio Ungari da Costa
Diretor de Assuntos Legais
Cencosud Brasil Comercial Ltda.

TESTEMUNHAS:

1. 
NOME: **Herbert M. Nascimento**
Cen. Tesouraria
Mat. 40.366-7
Cencosud Brasil Comercial Ltda.

2. 
NOME: **CAMILA TORTORELLA ARONSO**
314554868-92

9





CPF:



CPF:

[Handwritten signature]





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 39.346.861/0270-19 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/09/2011
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BRETAS	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.11-3-01 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios 46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues 52.12-5-00 - Carga e descarga 52.23-1-00 - Estacionamento de veículos 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R SANTA CATARINA	NÚMERO 241	COMPLEMENTO ANEXO: 01;
---------------------------------------	----------------------	----------------------------------

CEP 37.550-001	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO POUSO ALEGRE	UF MG
--------------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CADASTRO.FILIAIS@CENCOSUD.COM.BR	TELEFONE (79) 3216-5200/ (79) 3216-5211
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/09/2011
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/04/2025** às **14:36:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1